

# SEGURANÇA, CONTRIBUTO DA ESCOLA DE COPENHAGA

## *SECURITY, CONTRIBUTION BY THE COPENHAGEN SCHOOL*

## *SEGURIDAD, CONTRIBUCIÓN DE LA ESCUELA DE COPENHAGUE*

Submetido em: 07.10.2021

Aceito em: 11.04.2022

**RUI PEDRO GUERREIRO DOS REIS**

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, SETÚBAL, PORTUGAL

rpgreis@icloud.com

<https://orcid.org/0000-0002-3473-2395>

### *RESUMO*

A segurança é algo que faz parte do léxico discursivo, contudo nem sempre é um tema de fácil abordagem e conceptualização. O objetivo deste ensaio é refletir sobre o contributo da Escola de Copenhaga para o conceito de segurança. Recorremos a uma revisão narrativa da literatura expondo uma abordagem construtivista em relação à forma como se encara a segurança. Centramo-nos naquilo que é entendido como segurança para a Escola de Copenhaga, em sua abordagem epistemológica, na ideia base de segurança, bem como nas ferramentas de análise que os seus percussores forjaram. Pretendemos apresentar quais os principais conteúdos desta escola e nomear os elementos essenciais de segurança para esta corrente teórica que tem o *speech act* como precursor. Intentamos aquilatar o que é entendido como conceito de segurança para a Escola de Copenhaga indo para além do tradicional - militar. Nesta sequência, desenvolvemos a perspectiva acerca dos conceitos propostos por esta na segurança internacional na abordagem aos complexos de segurança regional. A proposição que almeja na teoria da securitização aliada ao conceito de segurança numa expansão a outros sectores concebendo-a além do tradicional militar, abrangendo os sectores políticos, económicos, sociais e ambientais. Mais recente também a proposta da sectorização ao campo cibernético.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações internacionais; Escola de Copenhaga; conceito; segurança; segurança internacional.

## ABSTRACT

Security is something that is part of the discursive lexicon, however it is not always an easy topic to approach and conceptualize. The aim of this essay is to reflect on the contribution of the Copenhagen School to the concept of security. We resorted to a narrative review of the literature, exposing a constructivist approach to the way in which security is faced. We focus on what is understood as security for the Copenhagen School, its epistemological approach, the basic idea of security as well as the analysis tools that its precursors forged. We intend to present the main contents of this school and name the essential elements for this theoretical current that has the speech act as a precursor. We intend to assess what is understood as a security concept for the Copenhagen School, going beyond the traditional - military. In this sequence, we develop an approach of the concepts proposed by this in international security in the approach to regional security complexes. The proposition that seeks in the theory of securitization allied to the concept of security in an expansion to other sectors, conceiving it beyond the traditional military, encompassing the political, economic, social and environmental sectors. Also more recent is the proposal of sectorization to the cybernetic field.

**KEYWORDS:** international relations; Copenhagen School; concept; security; international security.

## RESUMEN

La seguridad es algo que forma parte del léxico discursivo, sin embargo, no siempre es un tema fácil de abordar y conceptualizar. El objetivo de este ensayo es reflexionar sobre la contribución de la Escuela de Copenhague al concepto de seguridad. Recurrimos a una revisión narrativa de la literatura, exponiendo un enfoque constructivista de la forma en que se enfrenta la seguridad. Nos centramos en lo que se entiende por seguridad para la Escuela de Copenhague, su enfoque epistemológico, la idea básica de seguridad, así como las herramientas de análisis que forjaron sus precursores. Pretendemos presentar los principales contenidos de esta escuela y nombrar los elementos esenciales de seguridad para esta corriente teórica que tiene como precursor el *Speech act*. Pretendemos evaluar lo que se entiende por concepto de seguridad para la Escuela de Copenhague, yendo más allá de lo tradicional - militar. En esta secuencia, desarrollamos la perspectiva sobre los conceptos propuestos por este en seguridad internacional en el abordaje de los complejos de seguridad regional. La proposición que busca en la teoría de la securitización aliada al concepto de seguridad en una expansión a otros sectores, concibiéndola más allá de lo militar tradicional, abarcando los sectores político, económico, social y ambiental. También más reciente es la propuesta de sectorización al campo cibernético.

**PALABRAS CLAVE:** relaciones internacionales; Escuela de Copenhague; concepto; seguridad; seguridad internacional.

## 1. INTRODUÇÃO

A disciplina das Relações Internacionais tem antecedentes na História Clássica tendo como referência, no século V - A.C., o grego Tucídides (2001) no relato da guerra de Peloponeso e das lutas da guerra e do poder. No entanto, é no início do século XX que as Relações Internacionais emergem como disciplina. Havendo vários marcos de referência podemos apontar como um dos grandes fundadores da disciplina o presidente norte-americano Woodrow Wilson. O contributo deste estadista ficou plasmado no esforço da institucionalização da Sociedade das Nações. O político americano almejava conciliar, sob a égide de uma entidade, os antagonismos e tensões entre Estados. Outro marco histórico, em 1919, é assinalado com a cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional, na Universidade de Gales - Aberystwyth (JACKSON; SORENSEN, 2013).

O projeto falhado da Sociedade das Nações foi retomado mais tarde como a Organização das Nações Unidas, no entanto, não evitou que o século XX fosse marcado por duas grandes guerras mundiais. Tal como num tabuleiro de xadrez os artífices da política digladiaram-se política e militarmente, de forma direta ou indireta, a uma escala planetária de poder e guerra. Após o Armistício um novo tabuleiro foi reorganizado (SARAIVA, 2007).

Depois do silêncio dos canhões que bruaram, uma outra guerra silenciosa emergiu, num jogo de sombras entre o leste e oeste. Esta bipolaridade caiu abruptamente com o muro de Berlim. A queda do bastião da guerra fria veio novamente pedir a reorganização das peças do tabuleiro da política internacional.

Nas relações internacionais as ideias que sustentaram a ação dos seus atores navegaram entre as teorias realistas e as teorias liberais que assumem posições ontológicas diferentes. Os primeiros sustentam que nas relações internacionais os Estados competem pela sobrevivência. Nesta perspetiva está latente um conflito permanente entre Estados. Para o Liberalismo sustenta-se a possibilidade de uma coexistência em paz entre Estados. Esta posição encara não uma condição de conflito, mas de cooperação. Deste modo, nas relações internacionais,

os Estados atuariam em cooperação, em concordância, com postulados de aspirações e valores de elevação do espírito humano (DUNNE; KURKI; SMITH, 2013).

O esforço de teorizar, aprofundar e explicar a ação dos seus atores levou os teóricos ao confronto de ideias tal como num justo pleito. Luta esta que levou à primazia quer de uma, quer de outra corrente em dado momento, com respostas e com reformulações teóricas por parte dos seus paladinos.

A inesperada queda dos dois grandes blocos de antagonismo, conhecida como a guerra fria, fez com que um novo xadrez comesse a ser desenhado sem que as teorias que dominaram quase todo um século o tivessem previsto. Novas ideias e abordagens não meramente explicativas e positivistas, mas também de compreensão e interpretação, das ações e dos seus intervenientes nas relações internacionais são trazidas à liça.

Outrora tabuleiro militar, também a Europa como parte desta arquitetura em constante desenvolvimento do conhecimento nas relações internacionais faz brotar várias concepções e ideias. Emergem essas ideias também à luz de uma paz estável no Continente.

As influências destas novas reflexões são sustentadas pelo Construtivismo. Esta é uma abordagem de carácter reflexivista. Assim, as relações internacionais não são analisadas apenas sob os aspetos políticos, o positivismo de quem pode ou consegue, e a utilidade da proposta. Para esta linha de pensamento o mais relevante é o mundo envolvente onde a cultura e a identidade influenciam a estrutura de pensamento e a forma como os agentes agem.

Numa disciplina em que os argumentos dominantes se balancearam entre realistas e liberais, a justificação e interesse no revisitar desta escola deposita-se numa abordagem díspare do conceito de segurança, tema sempre atual e premente, seja em tempos de guerra ou de paz. A contenda de argumentos e de renovação faz despontar nas relações internacionais outros teóricos e pensadores que vão além das abordagens tradicionais. Esta nova abordagem ganha adeptos sendo apelidada de Estudos Críticos de Segurança (BUZAN; HANSEN,

2009). Estas novas problematizações, com centro na Europa, permitiram a eclosão de várias correntes de pensamento assentes em premissas diferentes. As novas abordagens da Escola Galea, da Escola de Copenhaga e da Escola de Paris foram referenciais para o contributo destas novas conceções. Muito para além do Estado e do território em que assentavam as ideias realistas e liberais que caracterizaram o *mainstream* do último século (BARRINHA, 2013).

Neste aspeto surge-nos por volta dos anos 90 um conjunto de pensadores cuja associação é reconhecida como a Escola de Copenhaga. Esta escola de pensamento desponta e tem interesse, não só pelo contributo que teve no conhecimento das relações internacionais com outra ontologia e epistemologia, mas também na capacidade que tem vindo a ter de evoluir e de se reinventar.

É Mcsweeney (1996) que “batiza” as teorias de Barry Buzan e demais colegas como a “Escola de Copenhaga”. Este autor, crítico desta escola e dos seus argumentos, foi, tal como outros, um dos que ajudou ao desenvolvimento da robustez teórica gerando vários debates entre diversas posições.

A Escola de Copenhaga surge assim numa linha de rotura com os Estudos Estratégicos, linha mais tradicional e com grande proeminência nos Estados Unidos, e vira a sua matriz para os Estudos da Paz, de cunho mais europeu. É assim que assente no *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), o trabalho de Barry Buzan, Ole Weaver e Jaap de Wilde progride.

Tal como o trabalho dos teóricos evoluiu também o COPRI, se transformou no agora *Danish Institute for International Studies* (DIIS). No entanto, as ideias do conjunto, de pensadores europeus, que se reuniu e forjou uma nova conceptualização no campo da segurança internacional mantêm-se e continua atual. Estas ideias pretendem trazer uma visão mais abrangente sobre os temas da segurança indo além das linhas teóricas tradicionais.

O maior interesse nas ideias desta Escola traduz-se exatamente neste constante evoluir, com crítica e sustentação dos seus argumentos. Esta nova abordagem teórica permite o desenvolvimento de premissas

ontológicas díspares que se propõem cuidar de entidades inobserváveis, como discursos ou estruturas sociais, rompendo com o positivismo do *mainstream*. Este mesmo argumento, relativo à Escola de Copenhaga, de atualidade e interesse, é reiterado por Brandão (2015, p. 45) quando refere o “seu contributo para os Estudos de Segurança graças à inovação teórica e epistemológica aplicada ao fenómeno da segurança com patente europeia”.

O interesse por esta Escola reside, também, nas ideias iminentemente ligadas à segurança e no seu vínculo com a Europa. O dinamismo da Escola de Copenhaga tem levado ao expandir e sustentação das suas conceções. Esta, inicialmente, centra-se em temas como a identidade e a migração, entre outros, extravasando o meramente militar. Ainda, os conceitos ligados a esta Escola têm sido reproduzidos de forma exponencial e trabalhados pela comunidade internacional e na sociedade académica (SILVA; PEREIRA, 2019) conferindo um sólido e relevante interesse académico, que nos cativou para revisitar.

Como ponto de partida, interessa, antes de mais aferir, e torna-se crucial para o objetivo deste ensaio, o conceito de segurança, no mundo teórico das relações internacionais. Este conceito tem tido várias aceções de acordo com a matriz de pensamento em que cada debate teórico se situa (BUZAN; LAWSON, 2008, p. 12). Como tal, pode ter vários entendimentos, i.e., centrado em questões meramente militares, mais tradicional; ou mais abrangente com mais sectores, propoção moderada; ou, ainda, numa proposta de emancipação humana.

Para determinar o caminho a seguir, uma das contribuições sobre a história dos conceitos mais importantes foi trazida por Koselleck (2014). Deste modo, no seu entendimento, o “conceito” não pode ser afastado do seu processo histórico, cultural e político. Assim, é necessário afastar anacronismos e superficialidade da utilização dos termos.

Importante também apelar à contribuição, sobre a problemática dos conceitos, que Sartori (1970) nos traz, numa reflexão conceptual sobre o tema. Este autor indica-nos que na ciência social os conceitos podem ter várias dimensões de abstração. Um dos contributos que este autor alude é a ferramenta a que chama “escada de abstração”. Assim no topo da escada podemos encontrar os conceitos mais abstratos. Considera-os tendo por base o seu atributo específico/identificado.

No meio da escada podemos encontrar as generalidades analíticas médias. Estes são conceitos gerais, mas com alguma diferenciação. No alicerce da escada encontramos os conceitos básicos das singularidades contextuais. Estes podem ter nenhuma ou mesmo uma ténue dimensão explicativa, mas um forte valor descritivo. Assim, ao escalar, caminhamos para um degrau elevado de abstração. Ao mesmo tempo que existe uma capacidade maior de ampliação explicativa desses conceitos ao subir essa escada. De forma inversa, ao descer na escada da abstração de um conceito, obtém-se maior exatidão descritiva, acrescentando atributos.

Recentrando o objetivo do presente ensaio é premente, assim, a necessidade de ter presente a noção de conceito. Seguindo Berenskoetter, (2017, p. 154) conceito “é um quadro abstrato que ajuda a gerar conhecimento sobre o mundo, organizando, nomeando e dando sentido às suas características”. Assim, tomando como referência esta ideia, é sempre uma questão essencial a clarificação dos conceitos também no que concerne às relações internacionais (GUZZINI, 2013). Nesta linha de orientação, e sendo o objetivo deste ensaio, será então retomado em seguida o conceito de segurança para a Escola de Copenhaga, nomeadamente no que se refere ao seu sentido e alcance.

## 2. SEGURANÇA

O enquadramento da temática transporta-nos para a emergência de novas abordagens em torno deste conceito de “segurança” em que se refundam novos debates reflexivistas. Os precursores da Escola de Copenhaga salientam a ausência de qualquer debate claro do conceito de segurança *per se*. Vanguardista desta escola de pensamento, Buzan (1991), encetou uma crítica às explicações realistas para o comportamento dos Estados nas suas áreas de segurança.

As fundações desta corrente resultam da combinação teórica da linha de pensamento realista com argumentação construtivista de Barry Buzan, bem como de Ole Weaver, definindo-se este também como realista, mas com um argumento pós-estruturalista (C.A.S.E. COLLECTIVE, 2006).

Naquilo que é o objetivo deste ensaio salientamos a definição de segurança seguindo Griffiths e O'Callaghan, (2002, p. 289) para os quais “estar seguro é estar protegido do perigo”. Muito embora seja um conceito difícil de definir, para estes autores é bem perceptível a ideia de oposição entre segurança e perigo. Certo é, que, dentro daquilo que é a incerteza da vida, estaremos todos expostos, sempre, a qualquer perigo. No entanto é diferente o perigo a que se está sujeito numa Europa desenvolvida e num estável clima de paz do que num qualquer país em guerra. Neste segundo caso, o perigo consubstancia-se em estar fora do alcance de bombas e estar seguro pode ser conseguir sobreviver até ao próximo dia.

Na linha dos fundamentos que dão asas à Escola de Copenhaga, autores como Kratochwill, (1989); Onuf, (1989); Wendt, (2004), reforçam a ideia de que a política internacional não deve ser tomada como uma realidade simples e objetiva. A realidade é construída e a realidade é a ideia do que fazemos dela. O argumento construtivista salienta que os elementos da identidade e da cultura são substâncias para a compreensão do aspeto intersubjectivo.

A Escola de Copenhaga apresenta uma abordagem eurocêntrica (WALKER, 2007) que foca a sua análise no discurso e na retórica política (*speech act*). A sua perspectiva está assente em estruturas e processos intersubjetivos e coletivos ((BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, pp. 33–34). Alicerça o conceito num conjunto de premissas, a saber: a ameaça existencial; as medidas de emergência para combater esta ameaça e essas medidas têm de quebrar as regras convencionais produzindo efeitos como medidas de exceção.

É com o sentido da linguística de AUSTIN (1962) que Weaver procura a significação da definição do conceito de segurança, referindo:

O que é então segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar "segurança" um ato de fala. Nessa utilização, a segurança não tem interesse como sinal que se refere a algo mais real; o enunciado em si é o ato. Ao dizer isso, algo é feito (como apostar, dar uma promessa, batizar um navio). Ao proferir "segurança", um representante do Estado aciona um desenvolvimento particular para uma área específica e, assim, reivindica o direito especial de usar quaisquer meios necessários para bloqueá-lo (WEAVER, 1995, p. 52)



Para estes teóricos o ponto de partida epistemológico é a ameaça de perigo. Assenta na perspetiva emocional do medo e as perceções de estar sob ameaça, dando primazia ao social e à história alinhada, no entanto, por um referencial objetivo (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 35). Para esta escola, o conceito é alargado para além do militar, abrangendo dimensões políticas, sociais, económicas e ambientais.

Esta Escola dá especial ênfase à dimensão dialética do discurso. Está assim bem presente a importância que o construtivismo teve nesta conceção, na elaboração da realidade através dos mecanismos sociais. Este encadeamento de carácter construtivista em que os problemas de segurança vão além da ameaça militar tradicional teve um recorte objetivista que imperava na dicotomia realismo/liberalismo. A construção social é o referencial da significância da ameaça e o conteúdo intersubjetivista que emana neste processo.

Da teorização do conceito de segurança emerge a sua operacionalização sob a forma de securitização. Para esta escola de pensamento o processo social está inerente à ameaça. Este processo social deriva daquilo que o grupo percebe e constrói como ameaça. Tendo como pilares essenciais a identidade e a cultura, só assim será possível a apreensão do conteúdo intersubjetivo.

Assim, é partindo deste conteúdo intersubjetivo que a Escola de Copenhaga desenvolve a Teoria da Securitização (BUZAN; HANSEN, 2009). Para esta corrente de pensamento o uso do discurso (e da linguística) da ameaça, numa perspetiva subjetiva é utilizado para elevar uma questão para além das políticas normais. Este uso funda a adoção de medidas de emergência podendo até fazer utilização do emprego da força, recorrendo a um processo intersubjetivo de entendimento e apreensão da realidade.

A teoria da securitização desenvolvida pelos autores, desta corrente teórica, sustenta que esta funciona num regime processual. Assim, surge uma tríade de ideias que suportam este processo. Desde logo os objetos referentes, isto é, todos aqueles que podem ser considerados como ameaçados e se podem tornar elementos essenciais de questões de segurança. Daqui deriva a possibilidade de retirar o objeto referente daquilo que é o âmbito político normal legitimando ações fora do

quadro legal de ação do Estado. A segunda ideia é a de atores securitizadores. São aqueles que por meio do discurso, anunciam que um dado objeto referente é uma questão de segurança. A finalizar a tríade, surgem os atores funcionais enquanto categoria intermédia. Estes são um meio caminho entre as duas anteriores, dado que estes concordam ou discordam da securitização proposta pelos atores.

O processo de securitização tem como foco central uma ameaça. Esta poderá ter várias proveniências tais como Estados, organizações, grupos transnacionais e sociais, bem como indivíduos. Esta, ao ser exposta pelo *speech act* a forma de linguística, não pode ser destacada do seu contexto histórico. Esse mesmo contexto é relevante na medida em que serve para compreender onde está posicionado o agente na emissão do seu discurso. É essa simbiose histórica do ato da fala com o agente, em que a ameaça transcende o emissor e aglutina uma audiência significativa que se pode tornar um movimento securitizador.

O movimento securitador, desta teoria da securitização, assenta num discurso ancorado nas emoções, no medo e na percepção de estar sob ameaça. Weaver (1995) salienta que o reconhecimento das ameaças tem como parte consequente do processo a ação de emergência que provoca uma desvinculação da política normal. Este desvio das regras comuns pode justificar por exemplo tornar sigilosos assuntos que normalmente seriam públicos. Estas medidas de exceção podem solicitar o desempenho de atividade ou o exercício do poder de forma a legitimar ações que dentro da normalidade seriam ilegítimas, ilegais ou mesmo contra as regras do sistema de governação instituído.

O processo de securitização resulta na dicotomia entre o emissor, com poderes de autoridade, e a sua audiência. Sendo nesta conexão que se estabelece uma negociação entre aqueles que emitem o seu discurso securitizador e os seus interlocutores que se torna concreta a securitização. É também nesta dialética entre emissor, exposição da ameaça, e a sua audiência que as palavras se tornam movimento. No entanto, a ameaça para despoletar o movimento de securitização exige um conteúdo emergencial de prenuncia perante um perigo iminente. É neste contexto que para ter sucesso terá também de ter uma audiência aderente e com reflexo expressivo.

Os autores desta abordagem difundida por Buzan, Waever e Wilde (1998), tal como nos faziam antever nos seus artigos, trazem mais do que uma nova abordagem ontológica. Focam-se na conceção de ferramentas que nos permitam compreender a realidade das relações internacionais. Destarte, não basta a mera verificação dos atributos das premissas da securitização proposta pela Escola de Copenhaga. Para que este processo se efetive tem de haver um conteúdo de identificação subjetivo de um autor com aquilo que são as expressões emocionais da sua audiência. O autor terá de conseguir fazer uma ligação aos interesses e emoções daqueles que se qualifiquem como a sua audiência (BALZACQ, 2005).

Tendo em linha de conta aquilo que os autores identificam como elementos essenciais, esta corrente de pensamentos refere que, no processo de securitização, estão presentes três categorias de elementos. Em primeiro lugar, o objeto referente. Este elemento é aquele que está sob ameaça e é suscetível de ser transfigurado em questão de segurança. Um segundo elemento, o ator securitizado, aquele que pelo seu discurso anuncia que o objeto referente é uma questão de segurança. E um terceiro elemento, o ator funcional, aquele que concorda ou não com a securitização proposta (BUZAN; HANSEN, 2009).

Assim, inicia-se o processo de securitização quando um objeto referente é exposto como uma ameaça. Esta terá de ser uma ameaça de carácter existencial (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998). É esta característica que permite a sua autonomização extraíndo-a da esfera política. Desta forma, legitima-se a ação fora da normalidade legal dos procedimentos do Estado, validando um regime de exceção para contrariar a ameaça existencial.

Para esta escola, o processo tem duas vertentes, a ameaça, que é tornada discurso e linguística e que segue o processo de securitização, numa perspetiva negativa. No polo oposto Weaver (1995) assume que o processo inverso também ocorre apelidando-o de processo de dessecuritização. Assim, quando se transformam as ameaças em desafios e a segurança em política, evitava-se recorrer à utilização do termo “segurança”. O autor assume que o processo de dessecuritização ocorreu na guerra fria em que a “*détente*” é o melhor exemplo de como esta operou nas mudanças radicais da queda dos blocos. A dessecuritização

promovida pela limitação do “*speech act*” de segurança foi elemento fundamental nesse processo.

Também como exemplo, o caso da União Europeia. Um continente de antagonismos antigos e onde se geraram dois conflitos de guerra com repercussão mundial, no passado século. Segundo a Escola de Copenhaga este palco de conflito deu lugar à cooperação e à normalização através de um complexo regional naquilo que os autores desta escola entendem como o processo de dessecuritização.

Os autores assumem que a dessecuritização é o processo a ter em conta numa perspetiva de redução do conflito e de ganhos para a paz. Assim, assumindo que a securitização é uma proposta de políticas excepcionais perante um problema de segurança, a dessecuritização assume um papel de retorno à normalidade das políticas. Para Carmali (2008, p. 121) “dessecuritização significa que se um assunto for securitizado, passando para o nível de segurança que se situa acima do nível político, a questão deverá passar novamente para o nível abaixo – que é o nível político”.

Esta abordagem de assuntos de segurança surge neste reunir de mundos entre os Estudos Estratégicos e a ponte teórica que se faz para os Estudos da Paz, a Escola de Copenhaga traz um novo conhecimento sobre o que é segurança. O ato de falar de segurança não deve ser desprovido de sentido nem entendido como um ato inócuo (GUZZINI, 2015), sendo também de primordial importância como esta abordagem tem impacto nas Relações Internacionais.

### **3. SEGURANÇA INTERNACIONAL**

A Escola de Copenhaga trouxe uma abordagem sobre as relações internacionais que visa integrar as identidades bem como os interesses dos Estados. Não só daquilo que é o arquétipo, mas das estruturas e da forma como são construídos, como estes evoluem e como estes se transformam. Destacam o processo histórico e de formação da identidade desses mesmos Estados e do seu posicionamento no sistema internacional.

Deste modo, esta corrente aborda as relações internacionais aplicando aquilo que desenvolveu no seu conceito de segurança com a Teoria da Securitização. Afirma que a premissa da construção da ameaça funciona, quer para o foro doméstico, quer para o foro estatal. Encara assim que existe nas relações internacionais relações intersubjetivas possuindo as suas próprias obrigações e questões específicas.

No campo conceptual, uma das contribuições para a definição daquilo que é o conceito de segurança no contexto internacional foi-nos trazido por Weaver, Buzan e Kelstrup (1993). Definem-na como a aptidão de uma comunidade para perseverar na sua essência sob contextos de mudança tal como ameaças possíveis ou reais. Este conceito tem como objeto de referência a “identidade coletiva de grande escala que possa funcionar independentemente do Estado” (BUZAN; HANSEN, 2009, p. 22), o que se configura como uma imagem ontológica autonomizável de Estado.

A construção conceptual que nos trazem com “A Teoria dos Complexos de Segurança Regionais” é na sua abordagem uma ação no processo de des/securitização. Esta Escola aborda as unidades de securitização como sendo algo tao interligado que as questões de segurança não se podem analisar de maneira autónoma. É necessário perceber a conjuntura regional para determinar o tipo de relações emergentes no contexto, e que são indissociáveis da segurança, na perspectiva de securitização ou dessecuritização (BUZAN; WÆVER, 2003).

Em harmonia com o preconizado a identidade está interligada com esse mundo de ideias e lado emocional que sustentam um sentido de pertença de um grupo. Este grupo de dimensão e autossustentável pode variar empiricamente em determinado espaço e num determinado tempo, ligado também à dimensão histórica. Assim, seria a sociedade um prolongamento das várias partes. Como tal, não faz sentido, reduzir o processo apenas ao indivíduo tendo em conta a necessidade do coletivo para prosperar (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

No sentido de contribuir para um olhar integrado da segurança internacional, esta Escola desenvolve uma ideia acerca dos complexos de segurança regional. Na construção de ideias para os teóricos desta escola, segurança internacional é perspectivada essencialmente sobre como o

coletivo humano se relaciona com os seus pares quando perante uma fraqueza, vulnerabilidade ou uma ameaça que ponha em risco esse mesmo relacionamento (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998, p. 10).

Destarte, o complexo de segurança regional foi outro marco teórico da Escola de Copenhaga. Para esta teoria afirma-se que há uma conexão, em determinados espaços, de elementos políticos tão intrinsecamente ligados que as suas questões de segurança não podem ser analisadas separadamente. Estes podem ser processos de securitização ou processos de dessecuritização (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Neste campo, clarificam que o papel principal nos processos de securitização ou dessecuritização no sistema internacional se manifesta em *clusters* regionais e para Buzan e Waever (2003, p. 44) são “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser analisados ou resolvidos separados uns dos outros”. Essa dimensão regional é durável e distinta dos processos de securitização/dessecuritização de nível global. Cada *cluster* precisa de ser percebido dentro do seu encadeamento histórico, cultural, social em si mesmo, olhando como se dão as suas interações.

Assim, e apelando ao conteúdo com o anteriormente exposto, a articulação dos objetos referentes em vários sectores vem de alguma forma retirar o foco do Estado como referencial único de análise. Os setores que a Escola de Copenhaga propõe para o alargamento do conceito de segurança trazem embutido também a refutação do Estado como centro da Teoria. Podem abarcar uma unidade de análise que envolva agrupamentos de Estados ou dentro do Estado dinâmicas regionais próprias que influenciam a sua região.

Os autores na sua abordagem acrescentam que existe uma diferenciação entre aquilo que é a segurança da sociedade e societal. Assim, analisam a segurança da sociedade como um fator econômico e de bem-estar do indivíduo. Enquanto encaram a segurança societal como um processo social que abarca identidades e coletividade. Os autores salientam ainda que embora a maior parte dos Estados tenha esse reconhecimento existem identificações que extravasam o Estado ou fazem

parte de grupos menores dentro da mesma entidade estadual como as nações. Estas são comunidades étnicas que partilham valores e culturas pelo que podem agir de maneira distinta.

As sinergias criadas pelos complexos regionais podem ser percebidas utilizando uma análise focada a nível regional, inter-regional e global. Esta Escola encara a segurança como um ato relacional, será assim atendível a dimensão de *friend or foe*, que demarca a afinidade entre países da mesma região.

A robustez que os autores outorgam a esta abordagem confere-lhe, segundo os mesmos, um carácter preditivo. Assim a análise dos ambientes de segurança regional pode conferir uma previsibilidade que promove uma teoria capaz de estreitar obtenção de uma série de resultados prováveis para determinado tipo de região (BUZAN; WÆVER, 2003).

Resulta da Teoria dos Complexos Regionais que nos processos de segurança estão presentes elementos geográficos de uma estrutura anárquica conjugada com necessidades de equilíbrio de poder. Num mesmo espectro regional reconhecem aquilo que é a pressão dos relacionamentos de vizinhança. As dinâmicas de segurança regionais têm de equacionar as variáveis nas suas ferramentas de análise nas dinâmicas dos processos de segurança internacional (BUZAN; HANSEN, 2009).

Assim, naquilo que serão as dinâmicas dos processos regionais e para o desenvolvimento das suas ideias, podemos rever que os autores extrapolam 5 dimensões de análise como as mais utilizadas (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998). Assim, uma primeira dimensão mais comum referem o sistema internacional. Este é olhado como um complexo de unidades, sejam elas independentes ou interdependentes. Outra característica desta dimensão é que não existe uma outra que lhe seja superior, indicamos, por exemplo, a Organização das Nações Unidas. Numa segunda dimensão de análise referem um subsistema internacional. Este subsistema é, também ele, um grupo de unidades, dentro do sistema de primeira dimensão, mas que a sua interação é díspare do sistema global. Avançamos como exemplo a União Europeia. Como terceira dimensão referem as Unidades. Estas podem ser aferidas dentro de uma panóplia de atores. Unidades que, segundo os autores, pos-

suem uma coesão e independência, mas com vinculação suficiente para atuarem nas relações internacionais, como são os casos dos Estados ou empresas multinacionais. Numa quarta dimensão apontam as subunidades. Assim estas atuam dentro das unidades de tal forma coesas que possuem a capacidade de afetar ou influenciar a conduta ou procedimento destas. Numa quinta dimensão os indivíduos apontados como o alicerce de análise de todo o sistema e da forma como este se relaciona (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

A reformulação de conceitos vem conformar que, tal como o conceito que analisamos neste ensaio, a segurança internacional é também um processo dinâmico, fluido e complexo que abrange várias dimensões. A relevância deste argumento se assenta naquilo que é a ideia construtivista, a construção social do conhecimento e da realidade, que está inerente e depende dos seus agentes e das suas estruturas.

As premissas deste processo dinâmico, fluido e complexo para a Escola de Copenhaga alinham-se pelo alargamento dos sectores de segurança. Esta abordagem das relações internacionais para o conceito de segurança concebe-o para além do estritamente militar e abarca o sector político, societal, ambiental e económico.

A abordagem, clássica dos sectores de segurança, da Escola de Copenhaga, muito embora conceba o conceito de segurança muito para além do aspeto militar, também o acolhe nas suas considerações. Assim tendo em conta, a construção da sua matriz de pensamento, aquilo que são perceções de segurança no campo militar, também, as entende como um produto de construção social. Predispõem estes autores que aquilo que são tidas como ameaças e vulnerabilidades de carácter militar são tradicionalmente objetivas e diretas, relacionadas com a segurança nacional. Deste modo o fenómeno da securitização ou dessecuritização, sejam da premência de ameaças reais ou aparentemente reais, são de mais fácil securitização.

Na mesma linha, consideram que o sector da política é ao mesmo tempo o sector mais abrangente e ainda assim tem uma natureza remanescente. Consideram o sector mais abrangente uma vez que qualquer questão que seja levada ao movimento de securitização é já de si um ato político. De igual forma, todos os sectores são políticos, as-



sim as ameaças ao sector político serão aquelas que ponham em causa o poder político. Deste modo, apontam a dois critérios, um endógeno de ameaças internas, onde veem a legitimidade ou autoridade do poder político, e outro exógeno como o reconhecimento dos círculos de influência externa.

A segurança societal para estes autores está umbilicalmente ligada à manutenção dos modelos tradicionais identitários de cultura, linguagem, religião, identidade nacional ou costumes. Os argumentos da Escola de Copenhaga, na sua perspetiva construtivista, assumem que a ideia de identidade coletiva está enraizada nos sentimentos e ligação emocional entre os grupos de indivíduos. Assim, daquilo que resulta das ideias propostas a ameaça está intrinsecamente ligada ao que estes grupos sentem quando essa mesma ligação está em causa. Estes grupos podem ser transversais e multinível. Deste modo a ameaça pode encontrar eco nas vulnerabilidades de um subsistema internacional, Estado, civilização, raça, credo ou tribo.

No que concerne ao sector económico, para esta Escola existe uma difusão de ameaças em pode intervir o processo de securitização. Assim as ameaças podem ser acopladas a uma panóplia de atores desde o individual, Estados ou Conglomerados financeiros. Notam que o referencial para o processo de securitização e reconhecimento de ameaças também está interligado com a posição ideológica de cada ator. Seja este posicionamento mais mercantilista ou liberal, assim se terá a perceção se as ameaças afetarão o Estado ou as regras e as normas. A securitização pode assumir vários níveis dentro do sistema seja local, regional ou em maiores dimensões.

No que concerne ao sector ambiental parece ser o sector de mais difícil abordagem. A ameaça concentra-se no meio ambiente. Assim existem ameaças que se concentram a nível local como espécies em via de extinção. Nestes casos o processo de securitização é um mecanismo local e concentrado. No entanto ameaças, como o aquecimento global, são mais complexas uma vez que são transversais a vários atores. Esta é uma ameaça difusa que se expande a uma escala geral com efeitos globais, regionais e locais. O processo de securitização é mais fácil de ter sucesso a nível local do que a outros níveis pela complexidade de atores e interesses.

Numa proposta para além dos clássicos sectores, atrás discutidos, Hansen e Nissenbaum, (2009) avançam com a proposta de a Escola de Copenhaga poder ampliar o seu conceito de sector de segurança ao mundo cibernético. As autoras propõem que existem objetos referentes que se autonomizam dos demais. Já se encontram nos discursos políticos com um léxico próprio como a “rede” ou o “indivíduo”. Apresentam também uma ligação ao domínio da segurança seja nacional ou individual e como tal configura um sector autónomo e distinto dos demais.

#### 4. CONCLUSÕES

Numa breve análise do que foi exposto e que representa as grandes linhas de pensamento da Escola de Copenhaga podemos afirmar desde logo que se trata de uma corrente divergente do *mainstream* do realismo e liberalismo dominante no séc. XX.

A definição de segurança para a Escola de Copenhaga não é um conceito estanque e inteiramente objetivo. Trata-se de um conceito fluido, dinâmico e flexível. Só apreensível pela construção social do *cógnito* e de uma certa realidade. Esta é afetada por agentes, por estruturas próprias em dinâmicas também elas distintas e com relevo histórico, social, cultural, económico e político.

A análise interpretativa do discurso existe como método de conhecer e compreender uma realidade e as relações intersubjetivas que se estabelecem e nos transportam para essa mesma realidade. Um dos grandes contributos que a Escola trouxe ao mundo académico foi uma abordagem de rotura com as teorias dominantes. Procura não apenas explicar mas também compreender os processos nas dinâmicas internacionais, o que resulta na expansão do conceito de segurança além do sector militar.

Também importante a abordagem do conhecimento e da utilização da linguística presente no discurso político para a compreensão desses mesmos processos. Esta Escola reflete sobre o que é a segurança e a forma como ela é apresentada delineando o *speech act*, como ato e como ação. Ao falar de segurança já se está a securitizar a questão.

A segurança internacional, na corrente construtivista de Copenhaga, é percebida numa abordagem integral. Assim ao reduzir a ameaça ou vulnerabilidade a uma comunidade, a paz que daí advier contamina positivamente os que a circundam, numa proposta de des-securitização.

A proposta mais revelante da Escola de Copenhaga é a teoria da securitização. Propõe também a segurança numa expansão do conceito a outros sectores concebendo-a além do tradicional militar abrangendo os sectores políticos, econômicos, sociais e ambientais. Mais recente também a proposta da sectorização ao campo cibernética. Outra contribuição importante foi a teoria do complexo regional. Muito embora seja a teoria da securitização o elemento mais relevante da abordagem da Escola de Copenhaga, é de reforçar que a securitização se encontra intrinsecamente ligada à interligação de todos os seus elementos.

BIOGRAFIA DO AUTOR:

**RUI PEDRO GUERREIRO DOS REIS**

MESTRE EM GESTÃO DA SEGURANÇA PELO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA, LISBOA, PORTUGAL.

ESPECIALISTA EM IMPRESSÕES DIGITAIS DA DIVISÃO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, EM SETÚBAL, PORTUGAL.

## REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *How to do things with Words The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*. Oxford: [s.n.].
- BALZACQ, T. The three faces of securitization: Political agency, audience and context. *European Journal of International Relations*, v. 11, n. 2, p. 171–201, 2005.
- BARRINHA, A. *Debates críticos: os estudos de segurança e o futuro dos estudos da paz e dos conflitos*. Universitas: Relações Internacionais, v. 11, n. 2, 2013.
- BERENSKOETTER, F. Approaches to concept analysis. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 45, n. 2, p. 151–173,

2017.

BRANDÃO, A. P. A UE e o terrorismo transnacional: securitizing move e ator normativo, uma contradição nos termos? In: BARRINHA, A.; FREIRE, M. R. (Eds.). *Segurança, liberdade e política: Pensar a escola de copenhaga em português*. 1. ed. Lisboa: ICS - Imprensa de ciências sociais, 2015. p. 45–78.

BUZAN, B. *People, States and Fear: an Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

BUZAN, B.; HANSEN, L. *The Evolution of International Security Studies*. New York: Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, B.; LAWSON, G. Book review: The Global Transformation. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, v. 24, n. 4, p. 321–325, 2008.

BUZAN, B.; WÆVER, O. *Regions and Powers*. Cambridge Studies In International Relations, v. 91, 2003.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CARMALI, S. O conceito de segurança como «política de exceção» uma avaliação crítica. *Relações Internacionais*, v. 18, p. 113–127, jun. 2008.

C.A.S.E. COLLECTIVE. Critical approaches to security in Europe: A networked manifesto. *Security Dialogue*, v. 37, n. 4, p. 443–487, 2006.

DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. *International Relations Theories*. [s.l.] Oxford University Press, 2013.

GRIFFITHS, M.; O'CALLAGHAN, T. *International Relations: The Key Concepts*. New York: Routledge, 2002.

GUZZINI, S. The ends of International Relations theory: Stages of reflexivity and modes of theorizing. *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 521–541, 5 set. 2013.

GUZZINI, S. A História Dual da Securitização. In: BARRINHA, A.; FREIRE, M. R. (Eds.). *Segurança, liberdade e política: Pensar a*

escola de copenhaga em português. 1.ed. Lisboa: ICS - Imprensa de ciências sociais, 2015. p. 15–32.

HANSEN, L.; NISSENBAUM, H. Digital disaster, cyber security, and the copenhagen school. *International Studies Quarterly*, v. 53, n. 4, p. 1155–1175, 2009.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. *Introduction to International Relations: Theorie and Approches*. Fifth ed. [s.l.] Oxford University Press, 2013.

KOSELLECK, R. *Estratos do Tempo: estudos sobre história*. 1.Bras ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KRATOCHWIL, F. *Rules, Norms, and Decision: on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MCSWEENEY, B. Identity and security: Buzan and the Copenhagen school. *Review of International Studies*, v. 22, n. 1, p. 81–93, 1 jan. 1996.

ONUF, N. *World of Our Making*. 2013. ed. London: Routledge, 1989.

SARAIVA, J. F. S. *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização*. 2. ed. Sao Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SARTORI, G. Concept Misformation In Comparative Politics. *The American Political Science Review*, v. 64, n. 4, p. 1033–1053, 1970.

SILVA, C. C. V. E; PEREIRA, A. E. A Teoria de Securitização e a sua aplicação em artigos publicados em periódicos científicos. *Revista de Sociologia e Política*, v. 27, n. 69, 2019.

TUCÍDIDES. *História da guerra de Peloponeso*. 4. ed. Sao Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

WALKER, R. B. J. Security, critique, Europe. *Security Dialogue*, v. 38, n. 1, p. 95–103, 2007.

WEAVER, O. Securitization and Desecuritization. In: LIPSCHUTZ, R. (Ed.). *On Security*. [s.l.] Columbia University Press, 1995. p. 46–86.

WEAVER, O.; BUZAN, B.; KELSTRUP, M. *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*. London: Pinter-Centre for Peace and Conflict Research, 1993.

WENDT, A. The state as person in international theory. *Review of International Studies*, v. 30, n. 2, p. 289–316, 2004.



---

INFORMAÇÕES ADICIONAIS E DECLARAÇÕES DOS AUTORES

(*integridade científica*)

*Declaração de conflito de interesse:* O(s) autor(es) confirma(m) não haver conflitos de interesse na condução desta pesquisa e na redação deste artigo.

*Declaração de autoria:* Todos e apenas os pesquisadores que atendem os requisitos de autoria deste artigo são listados como autores; todos os coautores são integralmente responsáveis por este trabalho em sua totalidade.

*Declaração de originalidade:* O(s) autor(es) assegura(m) que o texto aqui publicado não foi previamente divulgado em qualquer outro local e que a futura republicação apenas será feita com expressa referência desta publicação original; também atesta(m) que não há plágio de material de terceiros ou autoplágio.

COMO CITAR (ABNT BRASIL)

REIS, R. P. G. dos. Segurança, contributo da Escola de Copenhaga. *Revista Brasileira de Ciências Policiais, Brasília*, vol. 13, n. 9, p. 265-287, maio-ago. 2022.

<https://doi.org.br/10.31412/rbcp.v13i9.898>



ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.